

A JANGADA APORTA

O exílio no Brasil e o projeto de um Portugal flutuante

“Viajar, (...) é saber quanto desejas o que está adiante e quanto amas o que desejas esquecer pelo novo. Aqui, comigo, mas escondido na lembrança perdida, está este lugar que não mais quero e sempre amo. Sabê-lo, mas ilusoriamente esquecendo-o, é como flutuar num sonho onde tudo se sabe e tudo se esquece. Lá, nas margens distantes e desconhecidas, está o lugar do sonho, para onde quero ir. Para lá vou, inquieto e feliz, com o só repouso das lembranças que procuro esquecer na caminhada para a nova margem desejada.”

Silvio Castro. Memorial do Paraíso.

Ao chegar em São Paulo, Barradas encontrou aqui outros companheiros portugueses exilados que se empenhavam em combater o Regime ditatorial instalado em Portugal. O principal instrumento deste grupo de oposição no País era o jornal Portugal Democrático, vinculado ao Centro Republicano Português de São Paulo⁹². Este periódico havia sido fundado em 7 de julho de 1956, era inicialmente mensal e vendido nas bancas de jornal. Apresentava no editorial de seu primeiro número os princípios que nunca deixaram de orientá-lo até sua última edição em abril de 1977⁹³:

“Perante o aparecimento, nas bancas, de mais um jornal para os portugueses do Brasil, o leitor certamente se perguntará se esta publicação tem uma política e qual a missão que pretende cumprir.

A resposta a estas perguntas cabe em meia dúzia de palavras e constitui todo o nosso programa: a política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são pura e simplesmente servir ao Portugal Democrático com verdade e independência.

Sabemos que se seguirmos à risca tal programa, não nos faltarão leitores, entre os portugueses de boa vontade, espalhados por esse Brasil, e os brasileiros que se interessem por Portugal, que desejam um órgão que os informe com objetividade, com verdade, com honestidade, sobre toda a situação de nosso país. A cultura portuguesa, que nas últimas décadas tantos atentados tem sofrido, merecer-nos-á especial atenção.

⁹² Segundo Miguel Urbano Rodrigues. “Portugal Democrático – um jornal revolucionário” *In*: LEITE, Rui Moreira & LEMOS, Fernando. *A Missão Portuguesa: rotas entrecruzadas*. EDUSC. Bauru, 2003. o Centro Republicano Português era “uma coletividade democrática que possuía na Rua Conselheiro Furtado, uma sede ampla que era o lugar de reunião e convívio de antifascistas de quadrantes políticos diferenciados, comunistas, socialistas, liberais e cristãos progressistas. Foi no Centro Republicano que durante anos o PD funcionou, em duas salas que lhe foram cedidas.”

⁹³ Data apresentada por Miguel Urbano Rodrigues. *Idem*. Ubirajara Ramos. *Idem*. diverge dessa data, apresentando a edição de número 205, de Abril de 1975, como a última do PD.

(...) Voltado para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o Portugal Democrático.”⁹⁴

Apesar da diversidade de orientações políticas que sempre o caracterizou, o grupo que certamente foi mais influente no jornal foi o dos membros do Partido Comunista Português. Aliás, foi seguindo as diretrizes do PCP – que recomendava a colaboração com segmentos políticos diferentes na luta contra o fascismo⁹⁵ – que o Portugal Democrático foi fundado.

“Foi com essa diretriz antifascista que dois portugueses, ambos comunistas, Manuel Ferreira Moura, um operário que no Brasil trabalhava como técnico numa firma francesa de alumínio, e Victor Ramos, professor de Literatura na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, procuraram outros portugueses contrários ao regime salazarista para lançar um jornal mensal, cujo título refletia uma preocupação de unidade em função do objetivo comum: *Portugal Democrático*.”⁹⁶

Seguindo a risca essa orientação de Unidade com setores oposicionistas diferentes o grupo inicialmente formado por Victor Ramos e Manuel Moura era bastante heterogêneo.

“Entre os primeiros colaboradores do Portugal Democrático havia membros do tradicional Partido Republicano, como João Sarmento Pimentel e seu irmão Francisco Pimentel; escritores de tendência socialista, como Adolfo Casais Monteiro e até monarquistas, como Thomaz Ribeiro Colaço.”⁹⁷

Entre julho de 1957 e junho de 1958 o jornal parou de circular. Para o relançamento do Jornal Victor Ramos e Manuel Moura procuraram o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, que havia se exilado no Brasil após ser demitido do *Diário Ilustrado* em Lisboa e aqui passou a trabalhar n’*O Estado de São Paulo* por indicação de Jaime Cortesão. O jornal voltou a circular em um momento importante para a oposição em Portugal: a campanha do general Humberto Delgado. Esse episódio, somado à posterior chegada no Brasil do general –

⁹⁴ Citado por Ubirajara Ramos. *Idem*.

⁹⁵ Conforme Ubirajara Ramos. *Idem*: “Unidade antifascista foi a designação usada para nomear a política de frente comum das diversas organizações, correntes e personalidades de oposição ao Estado Novo. Foi uma orientação central da tática do Partido Comunista Português (PCP) para a derrubada do regime salazarista, sobretudo a partir do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, na qual foi definida a linha tendente à constituição das frentes populares unitárias contra o fascismo. Adaptada às condições do pós-guerra, essa orientação, aplicada com variável sucesso, em diferentes conjunturas, permaneceria como constante da atividade política do PCP até a derrubada do regime.”

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ *Idem*.

acompanhado de outras importantes personalidades políticas e intelectuais – no rescaldo da campanha eleitoral de 58, criou um maior interesse da imprensa brasileira pela situação política portuguesa. Valendo-se dessa conjuntura o *Portugal Democrático* conseguiu consolidar seu espaço entre leitores que tinham um perfil antisalazarista.

As divergências entre delgadistas e anti-delgadistas levariam ao afastamento de algumas pessoas ligadas ao jornal⁹⁸, como Miguel Urbano Rodrigues, que entre 59 e 60 fundaria outro jornal antisalazarista, o *Potugal Livre*. Posteriormente, em 1961, Miguel Urbano Rodrigues voltaria ao PD, afastando-se assim do general Delgado Além disso a crescente influência do Partido Comunista dentro do jornal a partir de 1961 acabou afastando alguns outros colaboradores – Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena e Paulo de Castro, por exemplo, teriam deixado o Conselho de Redação em virtude das divergências com os comunistas.⁹⁹ No entanto, essa preeminência dos membros do PCP no jornal não o tornou nunca um jornal exclusivamente comunista, e a diversidade ideológica entre os colaboradores se manteve nos anos seguintes.

Outros interromperam sua colaboração com o periódico após o golpe de 1964.

“A implantação de uma ditadura e a feroz repressão contra os simpatizantes da esquerda no Brasil fizeram alguns portugueses, que militavam na oposição democrática, acreditarem que o espaço para continuarem combatendo a ditadura salazarista estava perdido. Alguns julgavam que, nas novas circunstâncias, a continuidade do *Portugal Democrático* seria encarada pelos militares brasileiros como uma provocação.”¹⁰⁰

A publicação, entretanto, sobreviveu não só ao golpe, como aos anos que o seguiram, devido a uma estratégia que foi também adotada por outros grupos democratas de exilados: manter a oposição ao salazarismo evitando envolver-se nas questões políticas brasileiras. Na ocasião do golpe

⁹⁸ O Portugal Democrático, junto com o Centro Republicano Português, formava um grupo que, sem ter rompido diretamente com o General, criticavam suas propostas de enfrentamento armado ao Estado Novo e as “aventuras militaristas” em que se envolvia (como o ataque ao Quartel da Beja em 61).

⁹⁹ Conforme Ubirajara Ramos. *Idem*. baseado nas entrevistas concedidas por Carlos Cruz e João Alves das Neves.

¹⁰⁰ *Idem*.

“Os membros do Portugal Democrático, após uma avaliação exaustiva da conjuntura brasileira, decidiram prosseguir com a publicação do jornal, mantendo, sem desvios nem concessões, a sua linha, embora mantivesse uma grande preocupação em ‘evitar qualquer matéria, opinião ou expressão que pudesse ser rotulada como intromissão nos assuntos brasileiros’”¹⁰¹

Esse posicionamento permitiu que se tornasse o jornal oposicionista português que mais tempo teve de vida¹⁰². Possivelmente foi também o que teve mais liberdade de ação, pois encontrava sua sede bem distante das garras da censura salazarista. Não resta dúvidas que contribuiu de forma significativa para o fim da ditadura lusitana. Além da colônia portuguesa paulista, assim como de outras cidades brasileiras¹⁰³, o jornal acabou ganhando um público que talvez não fosse esperado originalmente. Mais do que os “brasileiros que se interessam por Portugal” o jornal acabou conquistando como leitores um número significativo de pessoas da esquerda brasileira, principalmente após a instalação do Regime Militar, a partir de 1964. Por seu perfil estar voltado mais diretamente a assuntos internacionais do que internos, o Portugal Democrático escapava com mais facilidade do que outras publicações nacionais ao aparelho repressivo.

“Ocorreu assim uma situação paradoxal. Durante anos o *Portugal Democrático* foi no Brasil o único jornal – fora do âmbito da imprensa clandestina – em que se fazia apologia do socialismo e de movimentos de libertação nacional que recorriam à guerrilha. Marx e Lênin eram citados elogiosamente nas suas colunas. Nas universidades dizia-se, com bom humor, que era português o único jornal de esquerda do Brasil.”¹⁰⁴

Os “movimentos de libertação nacional que recorriam à guerrilha” aos quais Miguel Urbano Rodrigues faz referência são os que lutavam pela independência das colônias africanas, visto que o jornal tornou esse um dos seus temas principais. Amílcar Cabral chegou a colaborar com o jornal, sob o pseudônimo de “Abel Djassi”¹⁰⁵. Esse posicionamento que permitiu, não só que o PD ganhasse leitores nos meios progressistas brasileiros, como também atingisse grupos de exilados portugueses em outros países:

“Um número considerável de exemplares era expedido pelo correio para os núcleos mais activos da oposição democrática formados em vários países:

¹⁰¹ *Idem*. Ramos cita trecho da entrevista que lhe foi concedida por Joaquim Quitério.

¹⁰² Conforme Ramos. *Idem*.

¹⁰³ Chegou a ter uma espécie de sucursal no Rio de Janeiro, organizada por Eugênio Mercedes. Além disso exemplares do jornal eram expedidos pelos correios para outros Estados brasileiros, e também para os núcleos mais ativos da oposição ao salazarismo formados no exterior.

¹⁰⁴ Miguel Urbano Rodrigues. *Idem*.

¹⁰⁵ Conforme Ramos. *Idem*. e Rodrigues. *Idem*.

Canadá (Toronto e Montreal), Venezuela, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra, França e Checoslováquia.

Iludir a vigilância da PIDE, recorrendo aos processos mais variados foi preocupação permanente do colectivo do PD. De cada país onde chegava, o jornal seguia para Portugal. Do Brasil eram enviados também muitos exemplares que furavam o cerco montado pela polícia política e pela censura postal do fascismo.”¹⁰⁶

O projeto do combate ao colonialismo dentro do PD ganhou tal vulto, que a partir do grupo que o compunha formou-se a Unidade Democrática Portuguesa, que, entre outras ações, passou a editar um boletim quinzenal trilingüe (português, inglês e francês) que criticava duramente a atuação das forças salazaristas na guerra colonial. A redação e tradução deste boletim eram feitas pelo coletivo do PD¹⁰⁷. Além disso, o PD participou da elaboração de um

“documento que as organizações democráticas portuguesas do Continente Americano enviavam todos os anos ao presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas. (...) Um texto cuidadosamente preparado que tinha estrutura de um relatório sobre a repressão fascista, as violações dos direitos humanos em Portugal e os crimes praticados na guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné Bissau era dirigido à Assembléia Geral.”¹⁰⁸

Além das matérias sobre a violenta guerra colonial salazarista, outro assunto que gerou grande projeção para o jornal foi a trajetória de Humberto Delgado. Como já foi visto a cobertura da campanha eleitoral do general e seu posterior exílio no Brasil foram fundamentais para o relançamento do PD em 58 e sua consolidação como principal meio informativo dos oposicionistas portugueses. Além disso o Portugal Democrático foi um dos primeiros jornais a denunciar, em 1965, o assassinato de Delgado, vítima de uma armadilha preparada por agentes da PIDE em Badajoz em que foi morta também sua secretária, a brasileira Arajarir Campos. O próprio Barradas chegou a escrever, em 1967, dois artigos para o Portugal Democrático que davam notícias do andamento do processo relativo ao assassinato do general, movido pela sua viúva representada pelo advogado Mario Soares¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Miguel Urbano Rodrigues. *Idem*.

¹⁰⁷ conforme Miguel Urbano Rodrigues. *Idem*.

¹⁰⁸ *Idem*. Segundo Rodrigues a idéia do documento inclusive nasceu em São Paulo.

¹⁰⁹ Esses artigos fazem parte da coletânea *O obscurantismo Salazarista*. *Idem*. onde recebem os títulos de “O processo de Delgado em Espanha” e “O processo de Delgado em Roma”. Foram publicados originalmente, respectivamente em: *Portugal Democrático*, nº 115, Fevereiro-Março de 1967. e *Portugal Democrático*, nº 119, Julho de 1967.

Assim com o passar dos anos o PD adquiriu uma excelente reputação, passando de publicação mensal, que era inicialmente, até chegar a semanário nos seus últimos meses de existência. Perdeu fôlego apenas após a Revolução dos Cravos, mas Miguel Urbano Rodrigues atribui o seu encerramento em 1977 a atuação dos ex-agentes da PIDE, que fugindo para o Brasil e se integrando no aparelho repressivo da Ditadura Militar passaram a ameaçar as gráficas e distribuidores do periódico, inviabilizando o prosseguimento de sua publicação¹¹⁰.

Mas quando se deu esse triste encerramento, Barradas já se encontrava em Portugal. Voltemos então para 1964, quando, chegando no Brasil, ele logo se envolveu na confecção do Portugal Democrático. Esteve tão ligado ao PD que chegou a integrar seu conselho de redação¹¹¹. O jornal ofereceu a Barradas, além da oportunidade de seguir a orientação de “Unidade Antifascista” do Partido Comunista Português, uma forma de dar vazão a sua personalidade naturalmente agregadora, ao trabalhar junto com o grupo tão diversificado de colaboradores do Portugal Democrático.

Conforme já foi dito, Barradas escreveu nesse jornal uma série de artigos que mais tarde foram publicados no livro *O obscurantismo salazarista*¹¹². Deixarei o próprio autor apresentar idéia que orienta esse trabalho, da qual o título já nos dá uma idéia:

“...nem o actual governo português tem nada a ver com a ciência nem a ciência tem nada a ver com o actual governo português. A verdade, a verdade científica, é algo subversivo para o actual governo português. A procura de algo novo, a pesquisa ao serviço do Homem percorrem um caminho que não pode interessar ao actual governo português, cuja base é a falsificação, a mentira, a apologia da esclerose nos domínios intelectuais, o *obscurantismo*, em suma”¹¹³

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ conforme Miguel Urbano Rodrigues. *Idem.*

¹¹² *Idem.* O livro é formado quase exclusivamente por seus artigos no PD, exceto pelo último capítulo, “Palestra nas comemorações do 5 de Outubro em S. Paulo 1965” que, como o próprio título nos informa, é a transcrição de uma palestra proferida no Centro Republicano Português e publicada originalmente em *Semana Portuguesa*. São Paulo, 9 de Outubro de 1965.

¹¹³ Joaquim Barradas de Carvalho. *Idem.* (grifo do próprio autor)

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 85, agosto de 1964

Um artigo de Barradas publicado na *Paz e Terra 10*: “Em torno do Obscurantismo na Universidade” In: ARAGÃO, Augusto et al. *43 Anos de Fascismo em Portugal*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1969. apresenta as mesmas idéias. O próprio desenvolvimento do texto é muito semelhante aos seus artigos publicados no Portugal Democrático.

Assim, a imagem que Barradas traça do governo salazarista é a de um regime que atua na perseguição aos intelectuais portugueses pelo simples fato de serem intelectuais. Para ele, a manutenção da estrutura de poder que sustentaria Salazar passava, necessariamente, pelo cultivo da ignorância e pela perseguição à ciência. Para fundamentar essa idéia, cita uma infinidade de professores e cientistas portugueses que, segundo ele, teriam sofrido perseguições pelo simples fato de se dedicarem a atividades intelectuais. Essas listas compõem uma parte significativa do livro, e aparecem nos capítulos: “Os quadros Universitários”, “Outros quadros Universitários demitidos pelo governo”, “A investigação científica”, “Investigadores que não puderam trabalhar na Universidade portuguesa”, “Mais notas sobre a investigação científica sob o salazarismo”, “Repressão aos intelectuais”, “Repressão sobre os escritores”¹¹⁴, além dos artigos que tratam individualmente de figuras específicas (como “O caso do prof. Vitorino Magalhães Godinho”¹¹⁵).

Mas vamos nos aprofundar mais na leitura das crônicas políticas de Barradas de Carvalho, detendo-nos mais atentamente na sua caracterização da perseguição intelectual salazarista:

“Entre os professores universitários demitidos pelo regime salazarista encontramos-os de todos os credos políticos e religiosos, não faltando mesmo no amplo naipe os monárquicos e os católicos. Mas se o regime salazarista não distinguiu entre os credos políticos e religiosos, alguma coisa ele distinguiu, e bem: a competência científica e docente dos atingidos. Não sofre dúvidas para ninguém, nem para a própria minoria salazarista, que os demitidos parecem ter sido cuidadosamente escolhidos entre os melhores quadros científicos e docentes das já pobres Universidades portuguesas...”¹¹⁶

Assim, para Barradas, a perseguição salazarista está longe de ser uma simples perseguição política. Trata-se, mais exatamente de uma perseguição à ciência, visto que

“A ditadura salazarista, muito logicamente, é inimiga da investigação científica. O imobilismo salazarista não se pode coadunar com a pesquisa, com a busca do

¹¹⁴ Capítulos originalmente publicados como artigos do *Portugal Democrático*, respectivamente: Nº 85, Agosto de 1964.; Nº 86, Setembro de 1964.; Nº 87, Setembro de 1964.; Nº 91, Fevereiro de 1965.; Nº 95, Junho de 1965.; Nº 98, Setembro de 1965.; Nº 106, Maio de 1966.

¹¹⁵ Publicado originalmente em *Portugal Democrático*, nº 94, maio de 1965.

¹¹⁶ Joaquim Barradas de Carvalho. *Idem*. artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 85, agosto de 1964

novo, com o progresso. A verdade científica não é compatível com a quietude do cemitério que é o Portugal de Salazar”¹¹⁷

Mas Barradas vai ainda mais longe: para ele não apenas o regime português persegue a intelectualidade portuguesa, como também não há colaboração possível entre intelectuais e o regime. Barradas concebe a Ciência e a Ditadura Salazarista como dois elementos tão radicalmente opostos que não consegue ver a menor possibilidade de associação entre eles. É com um certo pesar, portanto, que ele critica a participação de Armando Cortesão (irmão de Jaime Cortesão, mestre admiradíssimo por ele) no Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros realizado nos Estados Unidos em 1967, como chefe da delegação oficial enviada pelo regime:

“Este colóquio (...) provou uma vez mais que não é possível conciliar a vida intelectual, a ciência, a arte, a cultura, com o salazarismo. São possíveis contra o salazarismo, mas nunca com o salazarismo. O dr Armando Cortesão, agora chefe da chamada ‘delegação oficial’, foi um grande historiador, realizou uma grande obra científica, mas realizou-a à margem do salazarismo, contra o salazarismo, perseguido, exilado, durante uma vintena de anos. Lamentamos profundamente que ele seja hoje uma caução do salazarismo obscurantista.”¹¹⁸

A associação ao salazarismo seria assim uma mácula a manchar Armando Cortesão: apesar de reconhecer sua importante trajetória científica, a partir do momento em que colabora com a ditadura ele perde o seu estatuto de intelectual. Para usar expressão do próprio autor, o intelectual, enquanto intelectual, deve estar “a margem do salazarismo”.

Mas é sempre com muito otimismo que Barradas vê o futuro de Portugal. Visto que concebe a intelectualidade como a antítese do salazarismo, é na atuação dessa mesma intelectualidade que ele projeta suas esperanças:

“Mas ao fim e ao cabo, sejamos otimistas. Nunca a força bruta, o obscurantismo, conseguiu prevalecer, sair vencedor. A melhor prova de que assim também não será em Portugal está na *coragem dos nossos intelectuais*, na coragem de nossa juventude, com uma menção especial, neste momento, para os valentes estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra”¹¹⁹

Essa mesma idéia reaparece em artigo publicado no ano seguinte:

¹¹⁷ *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 91, fevereiro de 1965

¹¹⁸ *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 115, fevereiro-março de 1967

¹¹⁹ *Idem.* (grifo meu)

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 98, setembro de 1965

“Mas, apesar dos dias negros que temos passado e estamos passando, somos levados a uma atitude otimista em relação ao futuro, o futuro que julgamos bem próximo. E entre muitas outras razões temos o facto de que os escritores portugueses do nosso tempo conseguiram – apesar do salazarismo, apesar da repressão brutal obscurantista – ganhar a simpatia, a solidariedade, a admiração do mundo, pelo valor, pelo nível da sua produção e também por algo mais que no fundo está ligado, a este nível, a este valor da produção literária, que é a sua grande e insofismável *coragem cívica*.”¹²⁰

Como podemos ver a verdadeira atividade intelectual, para Barradas, é, antes de tudo, uma ação corajosa. Coragem temida por Salazar e seus colaboradores:

“As últimas notícias que nos chegam de Portugal, após a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, mostram bem o pânico existente nas hostes salazaristas. Algumas centenas, não muitas de escritores, ‘armados-até-os-dentes-com-canetas-de-tinta-permanente’, fazem tremer o ‘sólido’ edifício salazarista!”¹²¹

Esses são os heróis de Barradas: os intelectuais. Heróis que nos trazem a memória os heróis da “idade de ouro” de Portugal: aqueles heróis que, não à toa foram chamados de “descobridores”. Afinal, tinham sido esses homens a desafiar a ignorância lançando-se corajosamente no mar desconhecido para descortinar para a humanidade todo um mundo novo. A essa analogia não faltam nem mesmos os riscos que toda a aventura implica. Afinal só há coragem se há perigo! Se os navegantes enfrentavam os oceanos bravios, os intelectuais portugueses teriam de enfrentar a violência do Estado Novo. Afinal “a investigação científica é a distração mais perigosa a que um cidadão português se pode dedicar.”¹²²

Assim eram, para Barradas, escritores e navegantes, heróis de épocas diferentes, em comum o desafio à ignorância e ao medo com os olhos postos no futuro.

Meu objetivo, no entanto, não é apenas discutir a imagem que Barradas traça da ditadura salazarista, mas também analisar as relações dessas concepções políticas com a sua produção historiográfica a respeito dos Descobrimientos. Para

¹²⁰ *Idem.* (grifo meu)

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 106, maio de 1966

¹²¹ *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 98, setembro de 1965

¹²² Esta frase teria sido dita ao biólogo português Flávio Resende por um amigo, quando o primeiro voltou da Alemanha com idéias de abrir em sua terra natal um Centro de Pesquisas. O episódio é narrado no *Obscurantismo Salazarista*. *Idem.* em artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 91, Fevereiro de 1965.

tal análise faz-se necessária a referência à outra obra do autor que destacamos: *Rumo de Portugal*¹²³.

O título desse pequeno livro já é, por si só, bastante significativo: nessa obra um claro projeto político para a sociedade portuguesa aparece ao lado de uma breve análise acadêmica da história lusitana. Antes de tudo, Barradas defende a singularidade de Portugal diante dos outros países europeus, principalmente diante de sua vizinha mais próxima, a Espanha. Para o autor, a cultura portuguesa é muito mais *atlântica* do que *européia*. Isso, é claro, seria resultado do processo de expansão marítima: “Lançando-se na aventura dos descobrimentos marítimos e da expansão, Portugal volta, já nessa época, se não muito antes, as costas à Península Ibérica”¹²⁴. Por isso, diante da possibilidade de integração com a Europa, o nosso historiador prefere que seu país volte os seus olhos para o Brasil e para a África portuguesa. Barradas alimenta o sonho da formação de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”. A esse respeito é interessante estarmos atentos às palavras de Carlos Guilherme Mota a respeito de seu amigo:

“Para muitos de nós, brasileiros, ele foi realmente extraordinário, o último romântico português, que procurou um espaço no planeta para sua pátria e para uma utópica comunidade luso-afro-brasileira. Um lugar democrático e moderno, avançado, criativo e fraterno.”¹²⁵

De uma certa maneira, o que Barradas propõem é a continuidade dos laços que ligaram por tanto tempo sociedades tão diferentes. Se o colonialismo não é mais adequado ao século XX – e não resta a menor dúvida de que Barradas era radicalmente contra o colonialismo –, então que ele seja substituído por uma relação democrática entre os países que formaram o Império Português. O que não era admissível era que os laços se rompessem de forma definitiva.

Embora não se restringisse a isso, a base desta comunidade seria, sobretudo, a língua

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ *Idem.*

¹²⁵ Carlos Guilherme Mota. *Idem.* que nos informa também que Barradas “pensava mesmo que se um dia se articulasse um Bloco Luso-afro-brasileiro, a capital deveria ser São Paulo...”, o que me parece sintomático do impacto que a experiência do exílio sobre os projetos do historiador lusitano.

Kunio Suzuki. *Idem.* relata que quando encontrou Barradas em Portugal, após a Revolução dos Cravos, ele teria lhe dito: “Ao contrário de Mário Soares, eu acho que Portugal deve se unir ao Brasil e às três Colônias Portuguesas na África e criar um mundo Luso-Afro-Brasileiro.”

“A língua portuguesa demarcava um território específico, oferecendo-se como via de transporte para conteúdos científicos ou poéticos. Entender a língua como território em si, independente da forma política que sobre esse território se aloja, é projetar a língua à sua dimensão universal, descolando-a de sua identificação imediata ao espaço de uma determinada nação. Nesse contexto, o correspondente político mais elástico e apropriado é o Império, um plural étnico e cultural que se sedimenta via código lingüístico hegemônico, via língua, via palavra. Das cinzas do Império real nasceria um império onírico, fundamentado nos laços seculares de comunidades transcontinentais, multiétnicas e pluriculturais, o sonho antecipado da lusofonia, de ancoragem lusitana.”¹²⁶

Se o aspecto central desta comunidade era a língua portuguesa compartilhada, então, de fato, esta comunidade já existia, necessitando apenas ser oficializada, institucionalizada. Isso nos ajuda a entender como, para Barradas, esse projeto estava muito longe de ser utópico. A existência da comunidade não só era algo possível, como já tinha sua base, que era representada não apenas pelo idioma comum, mas também pelas trocas culturais que tinham marcado o passado assim como o presente dos países lusofônicos. Nesse sentido, sua própria viagem ao Brasil pode ser entendida como uma permanência desse tráfico mental entre Portugal e sua antiga colônia. E é importante lembrarmos que, para Barradas, essa era uma via de mão-dupla, e não apenas um ato civilizatório do europeu que vinha ao Novo Mundo oferecer conhecimento aos nativos, visto que ele sempre ressalta o quanto aprendeu em sua viagem ao Brasil.

Semelhante à “jangada de pedra” de Saramago, o Portugal que faria parte da comunidade luso-afro-brasileira de Barradas seria um Portugal desprendido da Europa, flutuando no Atlântico entre a América e a África.

Assim Barradas inseria-se na discussão, tão importante para o seu tempo, do colonialismo. Longe de simplesmente condená-lo, rejeitando-o, ele transformava seu autoritarismo tradicional na liberdade da relação que propunha para Portugal, África e Brasil. Transformando Império em Comunidade, ele garantia ao primeiro um lugar no século XX e no futuro, ainda que transfigurado.

Para defender esse projeto político audacioso Barradas recorre à História, apresentando sua interessante análise da era de ouro de Portugal, a fase dos Descobrimentos marítimos, detendo-se com especial atenção aos aspectos ideológicos, numa perspectiva profundamente influenciada pela história das

¹²⁶ José Jobson de Andrade Arruda. “Joaquim Barradas de Carvalho: o itinerário de um missionário dos novos tempos (Lisboa, Paris, São Paulo).” Idem.

mentalidades dos *Annalles*. Tal é a importância que Barradas dá a esse período que ele chega a fazer a seguinte afirmação:

“...toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram – e são ainda – conseqüências desses grandes empreendimentos.”¹²⁷

O período dos Descobrimentos era um momento tão importante para a História Portuguesa que Barradas dedicou-se a ele durante a maior parte de sua vida. O seu estudo apaixonado d’*O Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira ganha um sentido especial quando se tem em mente que, para Barradas, essa obra era “uma obra-síntese. Síntese de todo um conjunto de obras anteriores, estreitamente ligadas aos descobrimentos marítimos dos portugueses do século XV, e inícios do século XVI.”¹²⁸ Ser obra-síntese de uma época tão determinante na História Portuguesa significava, também, ser obra-síntese de toda a cultura lusitana.

O que a leitura do *Esmeraldo* revelava para Barradas era que, mais do que determinar para sempre o “Rumo de Portugal”, os Descobrimentos teriam feito surgir no Portugal dos séculos XV e XVI, a partir da difusão de uma “literatura de viagens”, uma cultura “experencialista”, característica do “Renascimento português”. Os aspectos mais centrais desse “Renascimento” seriam a valorização da experiência empírica e a matematização do real, lançando as bases para o pensamento moderno, por isso mesmo, chamado pelo historiador de “pensamento pré-científico”. Com essa afirmativa, Barradas de Carvalho pretendia ressaltar a importância portuguesa na formação da ciência moderna.

O que teria decretado o fim desse Renascimento português seria o surgimento do Tribunal do Santo Ofício. A perseguição intelectual e a censura da Inquisição certamente teriam sido responsáveis pela decadência que atingiu Portugal nos anos seguintes. O potencial daquele país pioneiro na descoberta do

¹²⁷ *Rumo de Portugal (A Europa ou o Atlântico)*. Idem.

Outro exemplo da enorme importância que Barradas conferia ao período dos descobrimentos encontra-se no parágrafo de abertura do verbete “Viagens, literatura de” que Barradas escreveu para o *Dicionário de História de Portugal*. Idem.: “É um facto incontestável que a história de Portugal, e até da civilização ibérica – se é que existe uma civilização ibérica –, avultam na história universal mercê dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Só os descobrimentos e a expansão puderam ter dado origem a algo de *inteiramente novo* na história da humanidade que tenha provindo de Portugal.”

¹²⁸ Joaquim Barradas de Carvalho. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”*. Coleção da Revista de História. São Paulo, 1968. Nº XXX

mundo, que ajudara a lançar as bases do pensamento moderno, seria sufocado pelo *obscurantismo* do Santo Ofício. A união com Castela em 1580 só acentuaria o processo de decadência portuguesa.

Conforme vimos, os modernos heróis de Portugal, os intelectuais (àqueles em quem Barradas deposita sua fé de que seriam os únicos capazes de livrar o país do obscurantismo), são, intrigantemente, muito próximos da imagem tradicional dos clássicos heróis lusitanos, os descobridores: em ambos os casos se destaca a coragem de se lançar contra a ignorância para descobrir o novo.

No quadro que Barradas nos traça poderíamos ainda fazer mais uma aproximação entre os intelectuais portugueses do século XX e os navegadores do século XVI: a experiência da viagem como principal forma de materialização da sua coragem. Viagem que, em ambos os casos, tem como destino preferencial, o “Novo Mundo” ou, mais especificamente, o “mundo descoberto por Portugal”, Brasil e África. Viagem que, para os navegantes do século XVI, convenciamos chamar de “conquista” e que, para os intelectuais a que Barradas se refere, chamamos de “exílio”.

Conforme dito anteriormente, acredito que a experiência do exílio é muito importante para entender não só o posicionamento político de Barradas, como também a sua ótica historiográfica. Para dar prosseguimento a essa reflexão acompanharemos a pesquisa de Douglas Mansur da Silva sobre intelectuais portugueses exilados no Brasil. Na apresentação do seu trabalho Silva diz que escolheu

“lidar com um núcleo específico de intelectuais, que estabeleceram redes de relações mais estreitas entre si. Em alguns casos, tais laços teriam se iniciado no Brasil, em outros casos ainda em Portugal. Como tais redes de relações ultrapassavam o domínio estritamente acadêmico ou cultural, para uma atuação na luta de oposição ao salazarismo e no debate sobre as relações histórico-político culturais entre Brasil e Portugal (ou luso-brasileiras), observei que, para além das idéias estritamente relacionadas a domínios de conhecimento específico, idéias de ordem política e social teriam exercido um significativo impacto na sociedade brasileira. Esta constatação fez com que eu circunscrevesse o estudo num núcleo mais restrito de intelectuais, mas que por si só eram representativos uma densa complexidade. Eram das mais variadas áreas de saber, das ciências sociais e humanidades à literatura, das artes ou o jornalismo à matemática, e de gerações diferentes, mas tinham em comum o fato de que se opuseram ao regime salazarista desde Portugal, através de idéias, temas e estéticas que se diferenciavam das manifestações ‘oficiais’ do regime e sua ideologia nacional-colonial. Tais agentes não eram apenas *scholars*, num sentido

estrito, mas personalidades que tomavam partido político, mesmo que isto se manifestasse apenas no domínio estético, tais intelectuais teriam em comum algum grau de consciência de que eram uma “elite política e cultural” que estava a exercer no Brasil uma “missão” específica.”¹²⁹

Dentro desse grupo de exilados escolhido por Silva como objeto de estudo estaria Barradas de Carvalho. No trecho acima Silva destaca dois aspectos da atuação desses intelectuais no Brasil que me parecem plenamente aplicáveis ao caso de Barradas e que vão ser bastante úteis no desenvolvimento dessa nossa reflexão:

Em primeiro lugar o “transbordamento” das suas áreas de saber específico operado na produção intelectual desses exilados na medida em que se afirmam como opositores do regime salazarista. Nesse “transbordamento” as águas da vida política e do saber científico se misturam de tal forma que não poderão mais ser separadas. É certamente o caso de Barradas que, como vimos, via a própria atividade intelectual necessariamente como uma ação política¹³⁰. Em Barradas a política deságua no saber científico (a História) e o saber científico deságua na política. Peço ao leitor, no entanto, que deixe momentaneamente de lado essa idéia, que será desenvolvida melhor adiante.

Por ora vamos nos deter no segundo aspecto da vida intelectual dos exilados portugueses apontados por Douglas: a idéia que surge nesse grupo de que eles estavam “a exercer no Brasil uma ‘missão’ específica”. Vamos acompanhar mais uma vez a apresentação do trabalho de Silva, onde ele discute

“sobre a atuação desses agentes no Brasil como uma ‘missão cultural’ em um duplo sentido: de um lado, insere-se, dialoga e confronta-se com elementos constitutivos do sistema cultural-nacional brasileiro; de outro, procura realizar a atividade cultural que não foi possível em Portugal, como oposição e diferencial ao sistema oficial salazarista.

Um exame preliminar sobre os exilados antisalazaristas no Brasil possibilitou-me entrever sobre a importância da atuação intelectual, artística e política dos exilados do salazarismo no Brasil, no sentido de uma ‘luta simbólica’ pela definição das regras éticas e estéticas do ‘sistema cultural-nacional português’ e

¹²⁹ Douglas Mansur da Silva. *Idem*.

¹³⁰ afinal o verdadeiro intelectual deveria sempre escapar ao salazarismo, se não pela oposição direta, ao menos se mantendo a margem do regime – idéia que implica necessariamente num posicionamento político do intelectual, que não poderá ser simplesmente neutro em relação ao Regime. Barradas não acredita na neutralidade intelectual em relação ao salazarismo (caso contrário reconheceria a atividade intelectual independente da sua adesão ou não ao regime) até porque entende o salazarismo como algo essencialmente oposto à produção de conhecimento: o “obscurantismo”.

para a constituição de uma ‘tradição’, oposta àquela oficializada pelo regime salazarista.”¹³¹

Vamos nos deter sobre essa idéia que surge entre os exilados lusitanos de que a sua “Missão Cultural” – que se confunde com uma “missão política” cujos objetivos eram igualmente investigar e divulgar a cultura portuguesa (ou luso-brasileira) e, a um só tempo, “ganhar a simpatia, a solidariedade, a admiração do mundo, pelo valor, pelo nível da sua produção e também por algo mais e que no fundo está ligado, a este nível, a este valor da produção literária, que é a sua grande e insofismável *coragem cívica*”¹³² – teve que se dar fora de Portugal por conta da perseguição salazarista.

Como vimos Barradas entende que o Regime Salazarista é, em essência, o oposto da atividade intelectual. Se esse Regime domina Portugal rigidamente a única opção para o intelectual que queira exercer sua atividade livremente é sair do país. É disso fundamentalmente que tratam as primeiras Crônicas políticas do livro editado por Barradas: intermináveis listas de intelectuais emigrados do país, quando não em virtude das perseguições da ditadura, apenas com objetivo de continuarem exercendo suas atividades profissionais.

Assim, se a caracterização de exílio como “refúgio político” é válida, acredito que, no caso de Barradas, poderíamos caracterizar o exílio igualmente como “refúgio intelectual”. A palavra refúgio, porém, não deve dar ao leitor uma idéia equivocada, afinal o exilado político nem sempre é aquele que se retira da vida política de seu país fugindo para outra pátria. Pelo contrário, muitas vezes o exílio é uma forma de se manter atuando politicamente, mesmo que fora de sua terra natal. Assim o “refúgio intelectual” do qual falamos é, para Barradas, o local que lhe permite manter sua atuação intelectual longe da pátria mergulhada no obscurantismo. É uma maneira de se manter politicamente na Pátria, mesmo que fisicamente fora da Pátria.

Nesse sentido acredito ser útil ter em mente o que Douglas Silva nos diz a respeito da auto-atribuição dos intelectuais portugueses como exilados:

“Quanto à auto-atribuição como ‘exilados’, há que se confrontar o comportamento, as categorias, as estratégias políticas desse tipo peculiar de

¹³¹ *Idem.*

¹³² Joaquim Barradas de Carvalho. *O obscurantismo salazarista*. Idem.

imigrante frente a outros. O exílio é uma forma de migração que se diferencia das chamadas migrações econômicas por seu caráter forçado. O exilado é um migrante involuntário que havia desejado ficar em seu país, mas foi expulso dele ou teve de deixá-lo para escapar de perseguições ou de ameaças graves. O emprego da categoria ‘exílio’, ao invés de ‘imigrante’ também é significativo: quando auto-atribuído carrega uma conotação particular que implica na existência de certos vínculos, mais ou menos fortes, com o país de origem. Talvez por esse motivos os exilados preferam migrar preferencialmente para países próximos geograficamente ou, quando não, hipoteticamente, próximos em termos da língua ou de uma história em comum. No caso dos exilados políticos é indispensável ter em conta esta dimensão subjetiva, para além da situação objetiva e de experiências coletivas.”¹³³

Aliás, se entendêssemos a pátria do intelectual como o *Conhecimento*, esse deveria, na verdade, se sentir exilado em um país mergulhado na ignorância, como era o caso do Portugal salazarista. Vamos acompanhar essa idéia em Barradas:

“Enfim, na austera, ‘apagada e vil tristeza’ que é o ambiente da vida científica e universitária no Portugal de hoje houve um homem eminente que muito bem soube definir o estado de espírito do homem da ciência que sobrevive nesse ambiente. Esse homem foi Egas Moniz, professor catedrático de Neurologia na Faculdade de Medicina de Lisboa e Prémio Nobel de Medicina, quando um dia escreveu: ‘sinto-me exilado no meu próprio país’ ”¹³⁴

Coerente com o sentimento descrito por Egas Moniz, Barradas não pensou duas vezes antes de sair do Brasil quando a Ditadura Militar começou a impor reais dificuldades à atividade intelectual. Infelizmente, ao retornar a Portugal após a Revolução dos Cravos ainda encontrou lá obstáculos para o exercício daquela que ele entendia como sua mais importante função: a produção de conhecimento. Se o obscurantismo permanecia, agora na forma de “Obscurantismo anti-salazarista”, também permanecia seu sentimento de exílio na própria terra.

Novamente o período em que estivera no Brasil parece ter determinado, desta vez de forma inesperada, o futuro de nosso personagem. Nesse sentido, Jobson Arruda atribui a rejeição vivida por Barradas em sua terra natal, em grande parte, a auto-imagem que se formou em seu íntimo entre os anos de 1964 e 70:

“Joaquim Barradas de Carvalho reencontrou-se no Brasil a tal ponto que passou a assinar-se ‘um luso-brasileiro’. Mas, ao fazê-lo, teria lugar em Portugal? Sua

¹³³ Douglas Mansur da Silva. *Idem*.

Novamente Barradas parece se encaixar perfeitamente no perfil descrito por Douglas Mansur: inicialmente buscou exílio em um país cuja proximidade lhe permitia manter contato com seus pais e seus filhos, a França, e posteriormente em um com uma herança cultural comum, o Brasil.

¹³⁴ *Idem*.

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 85, agosto de 1964

plena identificação com as coisas do Brasil não o tornaria, paradoxalmente, um exilado em seu próprio país, cumprindo a tragédia do desterro perpétuo?”¹³⁵

Mas, na verdade, não me parece que a identificação de Barradas com Brasil seja a explicação para essa sensação de exílio que o acompanhou por toda a sua vida. Primeiro por que a identificação como luso-brasileira não excluía, apenas completava, a sua identidade portuguesa. Além disso, antes mesmo de sair de Portugal sentia-se um exilado dentro do clima de “obscurantismo” do Estado Novo português – seu posicionamento político e intelectual não permitia que ele se sentisse à vontade em sua própria Terra Natal. Depois experimentou a sensação de exílio *de fato*, vivendo na França e no Brasil. Aqui, talvez, esse sentimento tenha sido um pouco aliviado pelas fortes relações profissionais e afetivas que cultivou. Talvez tenha construído em São Paulo, brevemente, sua verdadeira pátria, a “*República do Butantã*”, para usar as palavras de Calos Guilherme. Lá entravam apenas os seus verdadeiros patrícios: aqueles que eram, como ele, verdadeiros intelectuais – necessariamente engajados politicamente. Somente lá podia sentir-se à vontade.

Mas o endurecimento do Regime Militar destruiu essa pátria e, mais uma vez, só lhe restou o exílio. Exílio que nem mesmo a Revolução dos Cravos e seu retorno a Portugal puderam terminar. Talvez, no seu retorno, Barradas tenha descoberto que o sentimento de exílio não era fruto da distância física do país, nem mesmo do desconforto causado por uma ditadura. Talvez ele tenha descoberto, em seu íntimo, que o sentimento de exílio é inerente à condição de intelectual. Ou pelos menos, uma condição inerente ao tipo de intelectual que Barradas desejava ser – o intelectual engajado, gramsciano¹³⁶.

De fato, embora não haja referências explícitas a Gramsci na sua obra, me parece evidente que a noção de “intelectual orgânico” tenha exercido fundamental influência na sua auto-definição como intelectual. Se tivermos em mente que essa idéia de que o intelectual não deveria ser alguém encapelado – isolado em uma

¹³⁵ José Jobson de Andrade Arruda. *Idem*

¹³⁶ Todos os entrevistados confirmaram a importância da idéia da militância intelectual para Barradas.

Nesse sentido parece especialmente significativo o relato de Marlene Suano. *Idem.*: “...nas conversas o Barradas sempre apelava para essa idéia: que nós tínhamos que lembrar como o Marc Bloch tinha morrido!” ou o de Jobson Arruda. *Entrevista...* *Idem.*: “Ele queria criar na Academia uma trincheira contra o Regime.”

Apenas Arnaldo Contier. *Idem.* faz uma referência direta a Gramsci.

“torre de marfim” sem intervir de forma decisiva no mundo material – era muito difundida na década de 60, e que Gramsci foi uma das fontes mais importantes na formação dessa concepção, não parecerá estranho que Barradas tenha entrado em contato com a obra do comunista italiano, mesmo que indiretamente. Arnaldo Contier, no depoimento que me concedeu, levanta essa possibilidade:

“O Gramsci eu não sei se ele lia, se ele lia não citava... Mas lia-se muito Gramsci nessa época, anos sessenta. Decerto ele acreditava nos conceitos fundamentais do Gramsci: ‘intelectual orgânico’, ‘intelectual tradicional’, essas coisas todas... Acho que ele acreditava realmente no intelectual como um agente transformador da sociedade na medida em que ele era fiel ao socialismo e marxismo.”¹³⁷

O “intelectual orgânico” de Gramsci é aquele que, ao contrário do “intelectual tradicional”, considera-se um legítimo representante de uma classe social produtora e trabalha no sentido de organizar a consciência dessa classe e de construir as bases para a construção de sua hegemonia. A visão do intelectual como um segmento totalmente desvinculado das classes sociais e da produção teórica como algo alheio, superior à infra-estrutura, ao mundo material – transcendente ao *bloco histórico*, portanto –, era combatida por Gramsci. Assim, toda camada social possuiria seus intelectuais. Se existia um grupo de intelectuais orgânicos da burguesia – composto por profissionais ligados à manutenção do *status quo* –, também existiriam os intelectuais do proletariado, cujo papel seria superar o espírito abstrato, empenhando-se na formação de uma nova moral e uma nova cultura, que podem ser entendidas também como uma contra-hegemonia burguesa, já que o objetivo final das lutas organizativas seria, no seu momento histórico, o socialismo. No entanto, para cumprir esse papel, o intelectual deveria estar *organicamente* comprometido com a classe trabalhadora, o que só seria possível se houvesse uma efetiva *unidade* entre a *idéia* e a *prática*. Ou seja, a vida material do intelectual deveria ser honestamente guiada pelas idéias que defendia e estas deveriam representar de forma sincera o seu posicionamento político.¹³⁸

As vinculações da definição de intelectual de Barradas com essas idéias me parecem muito fortes, mas essa influência não explica o sentimento de exílio que o acompanhou por toda vida. Afinal, a concepção de intelectual gramsciana não parece comportar a noção de exílio. Pelo contrário, o intelectual

¹³⁷ Arnaldo Daraya Contier. *Idem*.

¹³⁸ Ver Antonio Gramsci. *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.

organicamente comprometido com uma classe social é aquele efetivamente ligado a essa classe, aquele que, portanto, de alguma forma, encontrou o seu lugar.

Talvez os insucessos de Barradas (e do resto da oposição portuguesa no Brasil) em sensibilizar a maior parte da Colônia Portuguesa contra o Salazarismo fizessem aumentar esse seu sentimento de exílio, afinal, isso impedia que ele efetivasse a sua ligação *orgânica* com a classe que pretendia representar. Parece-me, no entanto, que esse sentimento era algo mais profundo, um elemento constitutivo da personalidade de Barradas, e não um simples fato conjuntural, vinculado à sua permanência no Brasil ou às frustrações políticas. Na entrevista que me concedeu, o professor Ulpiano sustentou uma opinião semelhante a minha:

“Como exilado político o Barradas sempre foi uma personalidade utópica – utópica no sentido literal da palavra, acho que ele nunca se sentia bem em nenhum lugar. Porque ele tinha um projeto. Não um projeto de vida... Esse projeto [era] um projeto irrealizável! Projeto de uma sociedade justa e equilibrada....

O Barradas era uma pessoa bem quista, de família tradicional, proprietário de quintas com vinhas, etc e tal. E você sabe que ele doou isso tudo para o Partido Comunista. É pra ver o tipo de pessoa [que ele era]: que acreditava a tal ponto nas suas idéias que empenha toda a sua vida nisso.

[Mas] é claro que ele também devia perceber a impossibilidade desses ideais se realizarem, minimamente (...). Então a situação de Portugal era uma situação se tornou mais crítica essa impossibilidade de realizar o ideal. E no Brasil, quando ele chega, ele vai viver uma situação, se não dizer semelhante, mas com pontos em comum com aquela que estava fugindo, não é? Então era uma pessoa que se sentia exilado aqui. Mas tenho certeza que se sentia exilado em qualquer lugar. Como deve ter se sentido exilado em Paris, como depois da volta dele à Europa, ele se sentiu exilado. Exilado, inclusive, em Portugal, onde ele foi, eu diria, muito maltratado após a volta, e por razões, nem eram razões políticas, mas de interesse pessoal, de colegas que não queriam, vamos dizer, um confronto com alguém que tinha um certo peso.

O Barradas era um visionário. Então, mesmo essa história de Império Português e tal, diz muito do temperamento dele: era um visionário. Como todo visionário, é claro, que tem um mínimo senso de realidade – ou você se torna um Dom Quixote ou então você sente, como é que eu vou dizer... uma sensação de impotência de não poder transformar o mundo como você pensa que o mundo podia ser transformado. Sempre acreditando que isso é possível. Isso é o que é bonito e trágico [na figura do visionário].

(...) O papel político devia ser o fermento da massa. Ele não via a possibilidade do intelectual se isolar na torre de marfim. É o intelectual que deve pensar as coisas e abrir os caminhos. É claro que acreditar nisso era um dos componentes dessa sua figura de temperamento visionário e da sua inadequação a qualquer contexto. Está nesse [seu estado] de exílio permanente. Mesmo que ele se

sentisse confortado pelas suas amizades, pela atuação profissional, mesmo assim, ele era sempre uma figura exilada. Em qualquer espaço, em qualquer lugar.”¹³⁹

No desenvolvimento dessa interpretação acredito ser muito importante o conceito de “intelectual como exilado” de Edward Said, tal como descrito por Keith Jenkins:

“...it is the role of the intellectual as a *necessary* outsider (necessary because one cannot be an intellectual if one is not an outsider) that is germane here, an outsider on whom Said confers the name of the *exile*.

For Said, intellectuals are a particular kind of person. They are those who are not (merely) experts, nor technocrats, nor specialists, nor necessarily academics, and certainly not accomplices of the *status quo* (as he thinks so many ‘experts’ directly or indirectly are).”¹⁴⁰

Esse conceito de intelectual parece muito próximo daquela imagem concebida por Barradas e pode nos ser útil para explicar o perpétuo sentimento de exílio que o acompanhou. Prosseguindo a leitura de Jenkins:

“Said’s intellectual, then, is a person with the capacity for presenting an uncompromising emancipatory message. A person whose work(s) have a radical, sustained cutting edge. A person happy to raise embarrassing questions, not willing to take no for an answer, to *relentlessly* confront dogma and orthodoxy, and to keep in focus ‘those issues and people that are continually forgotten or swept under the rug.’ This is a person who *enjoys* never being fully adjusted, of existing happily beyond the chatty, inconsequential ‘reality’ inhabited by the natives; of remaining immune to accommodation: an unco-optable *disobedient* person. This is a person who not only accepts the fate meted out by various ‘professionals’ and ‘establishments’ to this thorn-in-the flesh – the status of relative *exile* – but who also welcomes it. Who likes being marginal. Who accepts that her or his awkwardness, eccentric angles of vision, and unwillingness to follow established paths gives a freedom and integrity that makes her or him beholden to no-one, and ready to accept the consequences of that position: that one can never be settled, never fully accepted, never be entirely at ease; that it is part of being ethical, part of morality, not to be (as Adorno put it) ‘at home in one’s home.’ To be sure, says Said, a condition of marginality might seem to license a sort of irresponsibility or flippancy. But it need not... these are evils to look out for. No does he have in mind ‘the free-floating intellectual’ whose ‘technical competence is on loan or sale to anyone.’”¹⁴¹

O intelectual de Said tem algo de heróico. Pensamos em herói como alguém que abnegadamente abre mão de seus próprios interesses para envolver-se em grandes dificuldades por aquilo em que acredita. Aquele que opta por fazer o

¹³⁹ Ulpiano Bezerra de Meneses. *Idem*.

¹⁴⁰ Keith Jenkins. “Ethical Responsibility and the Historian: on the possible end of a History ‘of a certain kind’” *In: History and Theory, Theme Issue*. Middletown, n° 43, pp 43-60. 2004.

¹⁴¹ *Idem*. O primeiro grifo é meu

que é certo, e não o que é melhor para si. O próprio Said define melhor esse posicionamento ao expor as atitudes que são repreensíveis para o intelectual:

“Nothing in my view is more reprehensible than those habits of mind in the intellectual that induce avoidance, that characterist turning away from a difficult and principled position wich you know to be the right one, but which you decide not to take. You do not want to appear too political; you are afraid of seeming controversial; you need the approval of a boss... you want to keep a reputation for being balanced, objective, moderate; your hope is to be asked back, to consult, to be on a board or prestigious committee, and to remain within the responsible mainstream... for an intellectual thes habits of mind are corrupting *par excellence*.”¹⁴²

Por se posicionar de forma semelhante Barradas não aceitava a colaboração de intelectuais com o Salazarismo. Para ele isso era uma ação “corruptora por excelência”, que significava “abrir mão de uma posição que sabia ser a certa” em troca de prestígio, segurança, conforto, comodidade... Por isso a crítica tão severa a Armando Cortesão, e por isso toda a admiração por aqueles que haviam sido perseguidos, demitidos, exilados... O trecho a seguir demonstra a proximidade do conceito de intelectual de Barradas em relação ao de Said:

“[são aqueles] que têm, corajosamente, intransigentemente, sem oportunismos, sem carreirismos, sem arrivismos, dado o melhor de si mesmos, e algumas vezes mesmo a própria vida, na luta contra o fascismo salazarista, contra a fome, contra a opressão, contra o obscurantismo.”¹⁴³

Em outro trecho citado por Jenkins, Said explica melhor sua concepção de “intelectual como exilado”:

“... to be as marginal and undomesticated as someone who is in real exile is for an intellectual to be unusually responsive to the traveller rather than to potentate,

¹⁴² Edward Said. *Representations of the Intellectual*. Citado por Keith Jenkins. *Idem*.

¹⁴³ *O obscurantismo salazarista*. *Idem*.

Artigo originalmente publicado no *Portugal Democrático*, nº 123, Novembro de 1967.

No trecho acima citado Barradas não se refere diretamente a “intelectuais”. No trecho a seguir, entretanto, essa definição é ainda mais explícita:

“Intelectuais honestos, cômicos das suas responsabilidades, várias vezes convidados a colóquios e congressos, vêm agora dizer o que pensam da situação da cultura e da investigação científica no Portugal Salazarista. E dizem-no provocando o espanto e até a indignação dos epígonos de Salazar – mestres da arte de comprar consciências. Chegam ao ridículo de se manifestarem nestes termos: ‘O professor X, a quem nós convidamos várias vezes a colóquios e a congressos, com viagens pagas, hotéis de primeira, banquetes opíparos com profusão de lagostas, etc., etc., faz-nos agora a descortesia, a vileza, de denunciar o nosso medo da livre inteligência’ (!!!). Não lhes passava pela cabeça que entre esses intelectuais, para a glória da inteligência, houvesse alguns que não se deixassem comprar nem subornar. Mesmo se alguns beneficiaram das tais viagens, hotéis e banquetes oferecidos mais não fizeram do que lhes era devido na sua qualidade de intelectuais de renome universal. A verdade é que, com estes, o salazarismo e respectivos serviços de propaganda nada têm a ganhar. *Idem*. Artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº87, Setembro de 1964.

to the provisional and risky rather than to the habitual, to innovation and experiment rather than the authoritatively given *status quo*. The *exilic* intellectual does not respond to the logic of the conventional but the audacity of daring, and to representing change, to moving on, not standing still.”¹⁴⁴

Esse “*to moving on, not stand still*” de Said é efetivamente materializado pela trajetória de Barradas. Acompanhando essa leitura, não nos parece mais surpreendente que Barradas possa tornar tão próximas as três categorias: “intelectual”, “viajante” (ou “navegante descobridor”) e “herói”. Como em Said, para Barradas o intelectual é um herói que – tal como ele, filho de família tradicional, fez – abre mão dos confortos e facilidades pela fidelidade que tem aos seus princípios e posicionamentos. Ao fazer essa opção, o intelectual, que só através dessa escolha torna-se um verdadeiro intelectual, se transforma em uma espécie de “viajante”, um eterno exilado, colocando-se para sempre em uma posição marcada pelo “provisório”, pelo “arriscado” e pelo “inovador”. É como o navegante que abandona a imobilidade e segurança da terra firme para se lançar às incertezas do mar – desconhecido e inconstante – com o único objetivo de *conhecer*, e que conscientemente aceita as duras conseqüências desse corajoso ato.

Mas cabe aqui uma última questão antes de concluirmos esse capítulo: entre tantos lugares no mundo porque Barradas escolheu como “refúgio intelectual” justamente o Brasil? Diversos motivos de ordem política ou prática poderiam ser enumerados para responder essa questão. Em primeiro lugar, foi uma universidade brasileira que lhe ofertou uma oportunidade profissional. Mas, na França, Barradas já possuía oportunidades profissionais se não melhores, pelo menos semelhantes. A questão da língua não poderia ser determinante, já que Barradas dominava o francês. A possibilidade de atuação política junto à colônia portuguesa no Brasil pode ter sido importante (como foi para tantos outros exilados políticos). Mas, de certa forma, a principal forma de atuação política de Barradas era seu exercício profissional – e isso ele já fazia em Paris, junto a outros intelectuais portugueses lá sediados que contribuía pra divulgar mundialmente o desrespeito salazarista aos direitos humanos.

¹⁴⁴ Edward Said. *Idem*.

Por que escolher sair da França, então? Por que escolher abandonar uma situação de vida bastante estável para se envolver em uma aventura tropical? Talvez exatamente por isso: por que era uma aventura. E como toda a aventura comportava a possibilidade de conhecer algo novo¹⁴⁵. Assim, prefiro pensar nessa escolha de Barradas fundamentalmente como uma escolha intelectual. Afinal é ele quem afirma que “a melhor maneira de conhecer Portugal é ir para o Brasil. E julgamos, estamos seguros, de que a inversa também é verdadeira”¹⁴⁶

É aqui que os espelhos de Barradas aparecem pela primeira vez: ele põe um de cada lado do Atlântico – o do Brasil reflete Portugal e o de Portugal reflete o Brasil. Logo, para pensar Portugal, Barradas teve de vir ao Brasil. Em primeiro lugar por que foi aqui que ele encontrou o “refúgio intelectual” necessário para continuar com sua análise sobre a vida política portuguesa e produzir suas Crônicas políticas sobre o obscurantismo salazarista. Mas, em segundo lugar, e mais importante, porque a cultura brasileira de alguma forma reflete a portuguesa.

“Atrevemo-nos mesmo a dizer que o Brasil representa mais genuinamente Portugal do que talvez certas formas culturais do Portugal de hoje, demasiado presas a influências européias e principalmente francesas.”¹⁴⁷

Como era essa imagem de Portugal visível no espelho mágico que era o Brasil? Talvez aparecesse o que Portugal era de verdade... Talvez fosse um pouco do Portugal passado... Talvez fosse um pouco do Portugal futuro... Talvez fosse o que Portugal deveria ser... E talvez fosse, também, um pouco do que Portugal não deveria ser...

¹⁴⁵ A idéia de aventura implica, necessariamente, o confronto ou com um ambiente desconhecido ou com uma situação nova, que fuja do cotidiano, do habitual. Não existe aventura numa situação rotineira porque ela ocorre, via de regra, em um ambiente conhecido e, portanto, controlável. A rotina não apresenta perigo, mas ela também não acrescenta nada. Por outro lado, deparar-se com algo novo significa riscos, mas também a possibilidade de ampliação dos horizontes.

¹⁴⁶ Joaquim Barradas de Carvalho. *Rumo de Portugal*. Idem.

¹⁴⁷ Idem.